

Trabalhadores farão Assembleia para definir ações contra o 0,01% e para a continuidade das lutas

ABRIL DE 2016



3 de maio
10 horas

Entrega da
Carta
ao Prefeito
Fernando
Haddad
NA PREFEITURA

18 de maio **14** horas
ASSEMBLEIA GERAL
NO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SINDSEP

Os Representantes sindicais de unidade decidiram com a diretoria do Sindsep, no encontro bimestral de 13 de abril, realizar duas importantes atividades.

A primeira é a entrega de um Manifesto de Repúdio à atitude de prefeito Fernando Haddad, de encaminhar para a Câmara os índices de 0,01% para 2014 e 2015, se recusando a negociar. A entrega será feita no dia 3 de maio, momento dos servidores demonstrarem sua indignação e virem para a porta da Prefeitura com concentração a partir das 10 horas da manhã.

A segunda é realização de uma Assembleia Geral no dia 18 de maio às 14 horas no Centro de Formação do Sindsep, para integrar mais trabalhadores nas lutas que temos construído nos últimos anos e definir rumos das mobilizações nesse próximo período.

Ambas atividades correspondem à continuidade da Campanha Salarial 2016.

**SABENDO DAS LIMITAÇÕES POR
CONTA DO PERÍODO ELEITORAL
DISCUTIMOS UMA NOVA PAUTA
DE PRIORIDADES:**

- Reposição da Inflação do último ano compreendido entre maio de 2015 e abril de 2016, o que é possível mesmo durante período eleitoral por não ser acima da inflação.
- Incorporação da Gratificação de Atividade (GA) para os trabalhadores do Nível Básico e Nível Médio.
- Mudança da Lei Salarial com a criação de uma comissão paritária para construção de PL, de acordo com o compromisso assumido no protocolo de 03/06/2014.
- Criação do Comitê de Combate ao Assédio Moral, compromisso também presente no protocolo de 03/06/2014.

Sindsep repudia a decisão intransigente, arrogante e autoritária do governo Fernando Haddad de impor ao funcionalismo o maior e pior símbolo da política salarial concebida desde o governo Maluf. Se utilizando para impor o 0,01% o Projeto de Lei nº 063/2016, que deveria apenas corrigir as leis dos novos quadros da Saúde e dos Analistas, pagando, inclusive, os retroativos devidos aos admitidos e não optantes.

O PL também cumpria parte do compromisso assumido no protocolo de 2014, resultante da greve, com a reabertura de opções para os cargos de Agente de Apoio e AGPP, pois os não optantes dessas carreiras na ativa não perceberam até





hoje o reajuste de 71% e 42% das tabelas dos níveis básico e médio, respectivamente.

Esconderam o projeto de lei que além do 0,01% para 2014 e 2015, continha outras maldades que retroagiam pontos negociados nas mesas e conquistados na Câmara em 2014, como as remoções, pontos de interesse do HSPM e dos admitidos. Tratou-se de uma faca no nosso pescoço com o objetivo de que engolíssemos o 0,01%, se quiséssemos o pagamento dos retroativos e a reabertura de opções. Se deram mal. O Sindsep não aceitou isso. Nem os admitidos se curvaram diante da chantagem. Por isso, colocamos nosso substitutivo na Câmara, apresentado pelo Vereador Toninho Vespoli.

O Sindsep manteve a posição de rejeição ao substitutivo do governo e defesa do seu substitutivo. Depois de 5 sessões tentando aprovar o PL, a oposição não teve força para derrubar o substitutivo do governo aprovado no dia 1º de abril. O PL do governo foi aprovado e, assim como nosso substitutivo, todas as emendas apresentadas pelo Sindsep foram derrubadas. Foi publicada em 2 de abril, a Lei nº 16.418. Este era o prazo limite para aprovação e sanção de algumas leis de interesse de servidores, antes do período eleitoral.

A lei garantiu aos admitidos e não optantes da Saúde e Analistas, seus retroativos devidos desde o ano passado, bem como a reabertura das opções para o NB e o NM, além de outros pontos. O governo também recuou em vários pontos diante da pressão. Mas a aprovação de mais um 0,01% na história dessa cidade prejudica nesse momento especialmente os servidores de menores salários dos níveis básico e médio, congelados desde 2013, uma vez que servidores da educação, saúde, Analistas e GCM tem tabelas até este ano, enquanto engenheiros, arquitetos, agentes vistoristas e auditores fiscais acabaram de ter suas leis aprovadas. Mas todos têm em comum o desejo de mudança na lei salarial.

Aprovar o PL 063 com a mesma marca dos governos anteriores significou, ao mesmo tempo, uma postura traidora e chantagista contra os servidores, orquestrada pelo governo Haddad, e regida pelo secretário Valter Correia. Rompeu com os compromissos de campanha, do plano de governo e assumido em protocolo.

Haddad deve responder à pauta que será entregue e reapresentada.

Ainda dá tempo!

SEMPRE CONQUISTAMOS NA LUTA!

Fizemos atos, manifestações, paralisações, greve e acampamento nestes últimos 3 anos.

Conseguimos que a GCM tivesse reajustes e reenquadramentos na carreira até este ano.

Em 2013 fomos à luta e conseguimos reajustes de 71% para o nível médio e 42% para o nível básico.

Em 2014 para a Saúde e para os Analistas conquistamos nas ruas, nas mesas e na Câmara, tabelas maiores até 2016 e regras melhores para as carreiras com progressão só por tempo e promoção sem barreira – e na regulamentação conseguimos manter a regra de média de 600 pontos da avaliação.

Em 2015 também resistimos e garantimos o pagamento de retroativos com correção monetária.

Em 2016 buscamos os retroativos dos admitidos e dos não optantes e finalmente a carreira para engenheiros e arquitetos depois de anos de luta, negociações e enfrentamentos na Câmara.

O que não conseguimos continuamos a buscar, sempre.